

nos pouco com o facto de, sendo muitos dos direitos que hoje brandimos direitos vinculados à esfera do consumo e da reprodução social, aumentarem os riscos de cisão entre o mundo da produção e o mundo da reprodução social.

Último desafio: as sociedades de hoje são complexas, plurais, abertas, diversificadas, policráticas, polimórficas, suponho que não me falta nenhum adjectivo, e, portanto, as coisas acontecem em muitos pontos do sistema e é muito difícil pilotar os sistemas a partir dos respectivos centros. O que é uma vantagem. Mas deixa em aberto o problema de saber como podemos conjugar essa vantagem, em termos de autonomia, criatividade e inovação social, com a possibilidade de as múltiplas iniciativas, projectos e reivindicações se exprimirem num espaço público integrador — e, designadamente, poderem ter tradução no espaço político-partidário, cuja existência me parece continuar a ser uma condição *sine qua non* da democracia. Como é que isto se faz, para mais num contexto em que os Estados-Nações se confrontam com redes de acção e organização política transnacionais, é uma questão que deixo para oradores mais competentes.

3. Desemprego e desqualificação social

*Intervenção de
Isabel Guerra**

As dinâmicas sociais actuais estão marcadas por dois traços essenciais: **a crise do mercado de trabalho** que “expulsa” uma parte crescente dos trabalhadores de um salário, e portanto, de um rendimento regular e a acentuada (e já prolongada) **crise do Estado-Providência**.

“O modelo socio-económico ocidental, elaborado no período que se seguiu à segunda guerra mundial, repousava sobre dois pilares: o pleno emprego e o Estado-Providência. Associados à democracia política e aos direitos humanos, estes elementos constituíam a sua força motriz.... A direcção que tomará a Europa do futuro não depende de uma única escolha, mas das respostas dadas a três questões articuladas, ligadas aos objectivos de base do tratado da União Europeia e aos fundamentos da Europa de amanhã:

- *será possível o retorno ao pleno emprego?*
- *será preciso dar um novo papel ao Estado-Providência?*
- *qual será a próxima etapa da igualdade de oportunidades sobre a qual a democracia europeia irá vacilar?”¹*

* Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE, investigadora no CIES e no CET

A economia mundial actual, sofreu, nos últimos anos, de um aprofundamento dos processos de mundialização com impactos ao nível do espaço.

A reestruturação do sistema produtivo à escala mundial está marcada por uma nova divisão internacional do trabalho caracterizada por uma crescente internacionalização da produção. Esta internacionalização é acompanhada por uma concentração da direcção das actividades económicas que são controladas por um número reduzido de empresas de carácter transnacional que detêm, hoje, o poder, quase absoluto, no comando da economia mundial.

As 500 maiores empresas mundiais detêm, em volume de negócio, mais de 1/3 da produção mundial. A General Motors, a maior empresa do planeta, tem um volume de negócios cujo montante comparado com o PIB só é suplantado por 15 países em todo o mundo².

Esta dinâmica de reforço da internacionalização das economias gera dimensões espaciais contraditórias. Por uma lado, acelera a lógica a-espacial do capital e, por outro lado, desenvolve uma nova articulação e conflitualidade na ocupação e competição entre espaços.

O domínio da economia mundial não se faz através dos processos industriais mas do controle da inovação tecnológica e do tipo de produtos. Os países mais desenvolvidos pretendem simultaneamente reduzir os custos da energia e matérias primas e manter o controle da economia mundial.

A aposta é o desenvolvimento de actividades produtivas que estão no centro da própria transformação e inovação da actividade. O que se pretende é o controle do sistema económico a partir da inovação técnica ao nível de domínios fundamentais, nomeadamente - novas formas de energia e, especificamente, energia nuclear, - industrias eléctricas e electrónicas: telecomunicações, informática, electrónica, etc. Fomenta-se, por um lado, o desenvolvimento das actividades de pesquisa de forma a permitir inovações que não só reduzam os custos de energia e matérias-primas mas que mantenham o controle das técnicas de produção (maquinaria, matérias-primas, formas de gestão, etc) e, por outro lado, afastar para o exterior (outros países) as actividades mais dependentes, "gastadoras" e poluentes que outrora eram os pilares do desenvolvimento industrial. É esta a chave da terciarização das economias do centro.

Essas lógicas provocam uma profunda alteração das teorias tradicionais sobre a localização produtiva, chamando a atenção para a qualificação da mão-de-obra e do meio urbano como factores de localização. Smith afirma que "*o que é novo, hoje, é que as formas de estruturação do espaço são uma componente imediata e sistemática da reestruturação económica e social das sociedades*"³

A especialização do capital vem a par com a especialização do factor trabalho, elemento fundamental das teorias tradicionais da localização. Defende-se hoje que face à capacidade de localização das empresas relativamente ao factor capital, o factor trabalho é um elemento fundamental dada a sua diferenciação espacial.

Será a qualificação do factor trabalho e a qualidade das condições de reprodução social que farão a clivagem entre as actividades “nobres” e as actividades “desqualificadas”.

Assim, a importância da mão de obra (tipo de preparação, capacidade de adaptação, formas de reprodução) é um factor de localização fundamental.

A qualificação da mão-de-obra vem a par com a qualificação do meio urbano, o que gera uma profunda interpenetração entre estes dois factores de localização.

Não é por acaso que todos os Planos Directores, de todas as cidades do mundo, inscrevem como objectivos “qualificar as actividades produtivas”, diversificar a estrutura industrial, “melhorar os sistemas de circulação”, etc.

A lógica de mundialização da economia, obriga a uma competição entre espaços quase tão feroz como entre empresas. Todas as cidades lutam pela conquista de unidades produtivas de ponta, fugindo quer ao desemprego, quer à precarização do emprego e à desqualificação da mão-de-obra.

As indústrias que se mantêm no centro são, em geral, as de maior competência tecnológica, as mais intensivas em capital e de maior qualificação da mão-de-obra.

Estas empresas fragmentam-se em pequenas empresas dando origem à **fábrica difusa**, espalhada em todo o território, mantendo em lugares centrais as sedes sociais e os centros de investigação e descentralizando as empresas industriais ou de mão-de-obra mais intensiva. Mesmo essas tendem a fragmentar-se através de empresas subsidiárias, mais dispersas no território, de salários mais baixos, condições de trabalho mais duras, maior permeabilidade ao trabalho subterrâneo permitindo reduzir os custos de produção e flexibilizando os processos produtivos.

Este alargamento espacial vem acompanhado de uma requalificação acentuada de algumas regiões metropolitanas e de alguns espaços centrais para a instalação dos serviços avançados do sector terciário.

Do ponto de vista mundial, considera-se que Nova York, Londres, Tokio, Paris e Frankfurt são os espaços de comando estratégico e de coordenação das economias mundiais.

Tomando como exemplo o caso de Nova York, a cidade mais importante deste espaço estratégico, verificamos que o emprego industrial decaiu

de quase um milhão de empregos industriais em 1970 para cerca de 300.000 em 1987. O emprego em torno da bolsa de Nova York passou de 73.000 em 1983 para 119.000 em 1985, 156.000 em 1987.

Estas cidades têm desencadeado grandes operações de reestruturação dos seus espaços centrais para dar resposta à procura de localização das “funções globais” que lhes estão cometidas. É o exemplo de “La Défense” em Paris, das “Docklands” em Londres, da “City West” e “Messeum” em Frankfurt.

Mas no interior das cidades “secundárias” provocam-se também espaços de prestígio para instalação das funções mais internacionalizadas, crescendo as pressões sobre os centros das cidades, acelerando a sua “terciarização” e a sua “desertificação”.

A concentração da direcção da economia vem a par com a descentralização das empresas, agora em novos espaços, sobretudo na Ásia: Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Singapura⁴, são disso um exemplo.

Com a intenção de reduzir os custos de produção, assiste-se a uma cada vez maior descentralização das indústrias mais consumidoras de mão-de-obra, de energia e mais poluidoras, para o terceiro mundo.

Esta descentralização industrial está no centro do desemprego nos países do centro. Assim, assiste-se a uma competição salarial entre os trabalhadores dos países do centro, onde os salários e os encargos sociais são mais elevados, com trabalhadores dos “novos países industriais”, sem horário de trabalho, (por vezes com trabalho obrigatório e trabalho infantil), de salários baixos e sem nenhuma protecção social.

Diga-se de passagem, que o acordo do GATT, tal como foi aprovado sem nenhuma referência séria à protecção aos trabalhadores da periferia ou do centro, tem como principal factor, quase imediato, um abaixamento do nível salarial na Europa, que alguns calculam, a partir do exemplo americano, da ordem dos 20% a 30% (intervenção do Ministro Francês nas negociações do GATT - El País de 3 de Maio de 1994).

No período entre 1967 e 1982, o desemprego nos países da OCDE salta de 5 para 33 milhões, multiplica-se por 7 (Gunther Frank, 1988), obrigando a ser encarado como um problema não mais conjuntural mas sim como um problema estrutural das economias modernas.

Num artigo recente, Gorz⁵ descreve a estrutura para onde nos conduz esta lógica económica:

- 25% da população activa com emprego permanente, qualificada e protegida, beneficia de bons salários e de protecção social;
- 25% de activos, em empregos periféricos, pouco qualificados, mal remunerados e tendo uma protecção social relativa;

- 50% de população em situação de exclusão do mercado de trabalho, com pequenas ocupações, com precaridade de emprego e desemprego crónico.

Em síntese, assistimos a uma mundialização da economia que se traduz pela concentração da direcção da produção mundial sediada nos países do centro e a uma descentralização de unidades produtivas para onde a flexibilização da mão-de-obra, o nível salarial é mais baixo e a poluição industrial é menos controlada.

A mundialização das economias provocou uma profunda alteração no entendimento dos Estados-Nações e uma profunda alteração nas funções do Estado. Essa alteração só pode ser entendida no contexto deste aprofundamento da internacionalização da economia e no contexto da instabilidade crescente do funcionamento de mercados e sociedades.

Assiste-se, actualmente, a **uma profunda alteração das funções do Estado** motivada, fundamentalmente, pelo aprofundamento da internacionalização das economias. Se, por um lado, as empresas através de um poderoso jogo de alianças tendem a constituir gigantescas estruturas oligopolísticas à escala mundial e fora do controlo dos Estados nacionais, também se verifica, por outro lado, uma **nova aliança** entre essas empresas e os Estados “locais”. *“O facto novo é que os Estados e as empresas, pela mundialização, entre outras razões, entraram numa dinâmica nova de aliança ...A nossa tese é que este facto novo é mais subtil: a empresa está a tornar-se a organização de “governança” da economia mundial com o apoio dos Estados “locais”⁶.*

De facto, a mundialização das economias vai exigir novas alianças entre empresas e Estados o que altera profundamente a lógica de funcionamento e de legitimidade social de uns e de outros. As empresas, sobretudo as internacionais com peso importante nos mercados mundiais, adquirem uma legitimidade próxima daquela outrora atribuída aos Estados. Por outro lado, elas exigem aos Estados que as suportem, nomeadamente em empreendimentos de maior risco ou menor lucro imediato. Por sua vez, para os Estados nacionais a sua independência e poder dependem largamente da penetração das “suas” empresas nos mercados internacionais.

Os Estados assumem, assim, como sua função, garantir que as empresas - esses actores-chaves do seu desenvolvimento - consigam concretizar a mundialização da economia “nacional”. Eles garantem-lhes os custos de infra-estruturas, as necessárias isenções fiscais, o melhor acesso aos mercados nacionais e internacionais, etc.

Por toda a parte, os Estados efectuem transferências maciças de recursos colectivos públicos em favor de empresas privadas, sobretudo multinacionais, a fim de permitir a sua sobrevivência e a manutenção do seu processo de acumulação.

Assiste-se, assim, a uma intervenção crescente dos Estados ao nível económico porque uma vez que uma nação está integrada na economia mundial a implantação produtiva e a circulação de mercadorias são controladas e negociadas pelos Estados nacionais.

“Mas hoje terá de admitir-se que o que caracteriza o funcionamento do “novo Estado” é a sua função enquanto produtor de serviços e enquanto regulador das actividades económicas (e sociais) sendo a sua acção, dos seus diferentes organismos, pautada por diferentes equilíbrios, lógicas e racionalidades” (Caria, 1994).

Estas transformações das funções, e necessariamente, da lógica do aparelho público, traz indefinições sobre os novos modelos de intervenção e de responsabilização dos vários parceiros, públicos ou privados, centrais ou locais, nas diferentes esferas da vida social e traz, sobretudo, um desinvestimento na esfera da reprodução social.

No entanto, e é preciso não esquecer, o espaço não é um receptáculo passivo das actividades humanas. Influencia-as e condiciona-as. Agir sobre o espaço é também uma forma de gestão do social com profundas consequências.

Notas

- ¹ Comissão das Comunidades Europeias: Direcção Geral do Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais, 1993, *LIVRO VERDE - Politique Social Européenne: options pour L'Union*, pp.13 e 116
- ² Ramón Fernandez Durán, 1993, *La explosión del desordre: la metrópoli como espacio de la crisis global*, Editorial Fundamentos, Madrid.
- ³ Neil Smith, 1986, *Gentrification of the City*, Allen & Unwin, New York, p.21
- ⁴ Estes 4 países cresceram a um ritmo de 8,1% entre 1973 e 1982 enquanto que a taxa de crescimento dos países industrializados não ultrapassava os 2,4%; o terceiro mundo cresceu 4,5% e o mundo 3%. (Ramón, p.46).
- ⁵ A. Gorz, 1993, “La crise du travail et de la société”, *Revue Partage*, n°79, Março de 1993, citado por Vincent de Gaulejac e outros, 1994.
- ⁶ R. Petrella, 1989, *La mondialisation de la technologie et de l'économie. Une hypo (thèse) prospective*, *Futuribles*, n°135, Setembro de 1989, pp.24/25.

*Intervenção de
Manuel Pisco Lopes**

Como sindicalista interessam-me mais os aspectos práticos do desemprego, resultado de uma abordagem naturalmente empírica do problema.

* União dos Sindicatos de Setúbal.

No entanto, creio que ainda tem pouco debate entre nós a questão de exclusão social causada pelo desemprego e do fenómeno do desemprego como uma exclusão causada pelo sistema económico, sendo mesmo frequentemente o desemprego encarado como uma coisa natural.

A falta de alternativa de emprego no próprio sector onde se trabalhava, ou noutra actividade, ainda é pior, regra geral, porque não há formação anterior e ela não se faz agora, a correr, com o Fundo Social Europeu. Para formar as pessoas para as (re)colocar, era preciso que a formação tivesse sido feita antes e que as pessoas se tivessem preparado e tivessem um espectro de qualificação profissional mais largo.

Hoje, as pessoas que se sentiram mais produtivas, que foram as que tiveram o trabalho como objectivo de vida, que foram atrás daquele elogio tradicional da valorização do trabalho, essas pessoas, são as que estão agora a ficar sem possibilidades de reentrar no mercado de trabalho.

Isso tem um efeito psicológico muito grave. Já não é o filho, nem é a mulher, é o pai de família, é o “chefe de família”, o que muda as coisas. Um filho, enquanto não está empregado, ou passou uns meses com contrato a prazo, voltando a estar desempregado, é uma coisa; a mulher que nunca trabalhou, admite mais facilmente ficar em casa; mas agora trata-se do chefe de família que, independentemente das evoluções de igualdade que tem havido, carrega um peso social e económico muito maior, quando desempregado.

O desemprego é causa de exclusão social porque há, desde logo, uma modificação negativa imediata do estatuto social na pessoa que passou ao desemprego. Regra geral, o desempregado fica ferido na sua dignidade pessoal, o que, normalmente, afecta a personalidade das pessoas.

A quebra dos rendimentos e o prejuízo do nível de vida é logo patente porque, frequentemente, as situações de desemprego acontecem sem o mínimo amortecimento, muitas vezes já com atrasos de salários, sem uma resposta imediata da Segurança Social (quando há direito à Segurança Social). No subsídio de desemprego há atrasos sistemáticos e as pessoas ficam completamente sem apoio e caem “sem rede”.

Esta situação leva ao isolamento social. As pessoas isolam-se na família e mesmo dentro da família, com reflexos que são imediatos. Há um isolamento da vizinhança, as pessoas ficam constrangidas ao encarar os vizinhos e os ex-colegas de trabalho, diminuindo todas as capacidades de iniciativa, até para alterar a sua própria situação.

Portanto, um primeiro efeito da exclusão pelo desemprego é essa modificação do estatuto social, o isolamento e a debilitação psicológica.

Um aspecto não menos importante - e que é notório, nomeadamente quando se leem notícias nos jornais - é o das crianças que não têm rendimento na escola porque não têm alimentação suficiente em casa. E, ainda por cima, no apoio social da escola falta o leite, o que tem também um efeito geracional imediato.

As dificuldades económicas das famílias com desempregados têm um efeito muito directo nos filhos dos desempregados. A pobreza escondida a que se recorre quando se cai nesta situação (o desempregado tem o seu estatuto social diminuído e tende a esconder a situação) nos filhos torna-se mais patente.

E a delinquência começa muito, porque na geração anterior há uma *chaga* de exclusão social. A pessoa que da sociedade nada recebe, não se sente obrigada a dar nada à sociedade, nem sequer o respeito que lhe foi negado. O desemprego, sobretudo quando é de longa e muito longa duração, tem efeitos de primeira e segunda geração, nos próprios desempregados e nos filhos. Este é um efeito geracional que não está a ser considerado.

O desemprego é também uma forma de exclusão dos menos qualificados, dos mais idosos, dos que estão com níveis de rendimentos no trabalho "inconvenientes" e que é preciso reduzir. A tendência é para cada vez menos pessoas produzirem mais, para isso bastando alterar os processos tecnológicos e produtivos.

Há uma aceleração de transformações do processos produtivo. As restrições de emprego são contínuas, muitas vezes determinadas por decisões tomadas fora dos próprios países onde se verificam, como é o caso das multinacionais.

Isto contribui para o fim da estabilidade do emprego. A ameaça do Ministro do Emprego de há dois ou três anos, depois mais vezes repetida, de que "não se pode já pensar na estabilidade do emprego", não é mais uma ameaça, é uma realidade. Os Governos, mesmo fingindo que não intervêm na economia, têm uma intervenção fortíssima, nomeadamente nas relações de trabalho, dando também o exemplo. Na administração pública acontece isso mesmo em relação a políticas salariais e em relação à instabilidade do emprego.

Esta exclusão - o desemprego como consequência de exclusão económica - provoca outras exclusões, como a exclusão do saber. Saem das empresas os que já não sabem desempenhar as novas funções e saem também os que já não sabem aprender. É isso que traduz a frequente expressão de desalento do desempregado: "e agora?... eu não sei fazer mais nada...".

Quanto aos *quês* e *porquês* da situação, acho que são pertinentes as caracterizações que têm sido feitas por sociólogos, nomeadamente por

Roque Amaro e Boaventura de Sousa Santos, problematizando a questão da economia como centro de toda a vida social.

O que se passa hoje no mundo, é que a economia absorve todas as energias da sociedade. Vai-se à nossa Constituição, aos textos sociais, aos princípios da civilização ocidental e aí se encontra sempre a afirmação de que as funções económicas devem estar ao serviço da sociedade, do bem comum e do interesse geral.

Mas não estão, a não ser no papel, porque tudo gira em torno do económico - os saberes, a cultura, a energia das pessoas, o tempo das pessoas - tudo está absorvido na função económica, ou seja: a sociedade moderna tem uma função económica, e já não é a economia que tem uma função social. O grande problema está aqui. Mas este, não é um problema económico, não é só um problema social, nem sequer cultural - é um problema civilizacional.

A caracterização do modelo de desenvolvimento que é feita por Roque Amaro, do quantitativismo, produtivismo e individualismo, reconduz-se ao economicismo de ter toda a função social organizada para servir fins económicos e, em última análise, ao objectivo exclusivo do lucro. Os comportamentos tendencialmente mais individualistas e competitivos, mesmo de colega para colega, de profissão para profissão, entre estudantes, são orientados segundo o sentido geral do sistema sócio-económico vigente.

Isto provoca, como é fácil de entender, diversas desigualdades, começando por ser económicas, em resultado das tradicionais relações de exploração, mas acabando por atingir o conteúdo democrático das relações sociais.

Existe uma ocultação, por detrás da fachada democrática e igualitária, do sentido e dos efeitos das relações sociais actuais, como se uma participação na democracia, de quatro em quatro anos, tudo legitimasse, enquanto por debaixo da ilusão igualitarista se vão cavando mais desigualdades de oportunidades, de condições de acesso ao emprego, aos rendimentos, aos bens e à cultura.

A demarcação das classes sociais é hoje mais fluida, talvez menos estratificada, havendo mesmo quem queira fazer crer que tudo isso já passou. Mas não. As diferentes condições de acesso e oportunidades, as diferentes possibilidades de realização de vida e de aspirações, conduzem a uma demarcação de classes e à estratificação da sociedade.

Esta demarcação de classes passa, vincadamente, pela inclusão/exclusão do mercado de trabalho, mas é delineada, já não só pela posição objectiva nas relações de trabalho, mas também pela posição subjectiva dos indivíduos em relação às condições de acesso ao sistema de produção.

Ter ou não ter condições subjectivas para integrar o sistema de produção, passou a ser um factor determinante a demarcar a classe social. Ter capacidade para se formar e aprender, continuamente, ter poder de iniciativa, descobrir outras actividades, saber “ir à luta”, são condições indispensáveis para se promover na obtenção ou na manutenção de um posto de trabalho.

Estas condições estão mais ausentes, precisamente, nos desempregados de longa duração e nos que têm idade mais avançada. Ora, os dados demográficos dizem-nos que, em Portugal haverá três milhões e oitocentas mil pessoas com mais de 45 anos (38,4% da população). Destas pessoas, 35% estão em idade activa, ou seja, cerca de 2/3 das pessoas que hão-de estar a trabalhar daqui a meia dúzia de anos, no final do século, já estão hoje no mercado de trabalho, restando uma margem que é pequena para absorver os jovens que vão chegando ao mundo do trabalho e para reabsorver os que vão perdendo o seu posto de trabalho.

Se levarmos em conta que cerca de metade dos desempregados, já estão desempregados há mais de um ano e têm entre 25 e 49 anos, é fácil de ver como é cada vez mais difícil a recuperação do emprego perdido.

Na União Europeia há pelo menos 20 milhões de desempregados e 55 milhões de pobres e, em Portugal, 27% da população vive abaixo do limiar de pobreza.

O problema tem uma dimensão enorme, não pode ser contornado e os governos têm, forçosamente, que se pronunciar sobre ele, como já acontece, aliás, nas cimeiras europeias, onde o desemprego e a exclusão social já estão no topo da agenda.

No entanto, estamos ainda muito longe de uma determinação política e da definição de medidas para atacar o problema a sério. As políticas de convergência nominal para a união económica e monetária, resultantes do tratado de Maastricht, não vão nesse sentido. Quando se diz que o Estado português, o grego, italiano ou irlandês, têm um grande défice público que é preciso reduzir, isso significa que o Estado tem que desinvestir (porque nem tudo são ineficiências). E o desinvestimento está a ser feito nas funções sociais do Estado, na Segurança Social, à custa do investimento produtivo, nas obras públicas e, no caso português, sobretudo à custa do investimento incorpóreo, donde deveria resultar a mais-valia humana capaz de elevar os patamares da competitividade e da produtividade, mesmo no sentido estrito da economia. Este tipo de desinvestimento público tem um enorme impacto negativo no emprego.

Quando se ataca a inflação com a contenção/redução salarial como instrumento privilegiado, isso significa menos poder de compra, quebra

do consumo interno, redução da produção, menos emprego e outra vez menos poder de compra, reanimando a espiral da recessão. É o quadro economicista e monetarista em que se vêm desenvolvendo as políticas de integração europeia.

O combate a esta situação, exige soluções em grande escala e passa, seguramente, por um modelo de contraposição à lógica de desenvolvimento que se basta no crescimento económico e é conduzida pela busca incessante de lucro e mais lucro.

No modelo de contraposição, há que reconduzir a economia a uma função social, conter o quantitativismo e, ao produtivismo económico, há que contrapor a produtividade social.

Diz-se que não é produtivo manter emprego artificial, mas que há que subsidiar o desemprego. Ora, eu não sei se não se há-de mesmo colocar a questão de subsidiar o emprego, discutindo as formas de custear o subemprego, fazendo uma conexão de equilíbrio entre os custos económicos e os custos sociais.

Sendo certo que subsidiar o desemprego não produz absolutamente nada, estou convencido que, com imaginação e criatividade, muitos benefícios, quer económicos, quer sociais, se podem retirar da experiência e disponibilidade das pessoas, ainda empregadas, mas em sub-ocupação, se a sua experiência e disponibilidade forem dirigidas noutras direcções.

Contrapondo-se ao individualismo, a questão da solidariedade é o fecho da abóboda de todas as construções de combate ao desemprego e à exclusão social. Na versão oficial, é necessário que se reparta o emprego, dizendo-se que quem tem trabalho, deve repartir com quem não tem; quem tem salário, deve repartir com quem não tem. Mas isto é pouco e, no caso da nossa situação sócio-económica, parece-me que se trata de “juntar a fome com a vontade de comer”.

Mais que repartir entre os que têm pouco e os que não têm nada, solidariedade é, primeiro, fazer a repartição entre os que têm mais ou têm muito, e os que não têm nada, ou têm pouco. Quem tem mais rendimentos (e por vezes, escandalosamente mais), deve repartir com quem os não tem; quem tem, ou pode ter, mais empregos, deve repartir com quem os não tem.

Mas isto vai ao arrepio das ideologias da moda, onde prepondera o individualismo e a competição que visa esmagar o concorrente, o parceiro, o colega e, naturalmente, mexe com muitos egoísmos e interesses instalados.

Por essa razão, a solidariedade tem que ser organizada. Terá que ser o Estado a fazê-lo, como aliás lhe compete e com os meios de que dispõe. Com justiça fiscal, com uma política de rendimentos adequada, com a

política de segurança social, o Estado tem os meios necessários. Basta que, para além do discurso, haja vontade e sinceridade para dar corpo a uma política de solidariedade social.